

Eles podem mudar o mundo

Graças à atuação de ativistas posicionados nas mais diversas trincheiras, realidades são transformadas todos os dias. E, ainda que a passos lentos, o mundo vai se endireitando na esteira da solidariedade

texto **Raphaela de Campos Mello** | imagens **Shutterstock**

Enquanto muitos vivem em causa própria, mesmo num mundo tão carente de consertos, alguns optam por dedicar suas vidas ao bem comum. Essas pessoas carregam os genes do despreendimento e do inconformismo. Formatação que resulta naquele imperativo interno avesso a panos quentes diante das adversidades: “Levante-se e faça alguma coisa!”.

No Brasil, muitas são as batalhas, mas, felizmente, muitos também são os guerreiros em campo, somando forças e encontrando soluções coletivas para antigos e novos problemas. BONS FLUIDOS conversou com importantes nomes do ativismo em cinco áreas: economia solidária, direitos humanos, saúde, meio ambiente e educação. A seguir, esses emissários de um futuro melhor contam o que os move em suas lutas diárias, resumem suas contribuições até aqui e apontam o que ainda precisa ser feito.



economia

Perto de ser ordenado padre, Joaquim de Melo, recifense radicado em Fortaleza, morou por um ano num lixão na capital do Ceará. Foi ali que ele decidiu ajudar comunidades empobrecidas a sair da degradação e melhorar a qualidade de vida. Cancelou a carreira religiosa e mudou-se para o

Conjunto Palmeiras, grande favela a 2 quilômetros do lixão. Era 1984. “Durante 20 anos ajudei nos mutirões comunitários para construir o bairro”, conta. Porém, a pobreza persistia. Assim como a vontade de erradicá-la.

Melo constatou que os moradores compravam os produtos para sua subsistência fora do bairro – o pouco que ganhavam escapulia para longe e a vida continuava dura. Era preciso que a população fosse

capaz de produzir e comprar localmente. Com esse intento nascia, em 1998, o Banco Palmas. O modelo de economia solidária funciona assim: a entidade empresta dinheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e repassa de R\$ 50 a R\$ 15 mil aos moradores do bairro, que só precisam provar que têm condições de pagar o montante solicitado. Muitas vezes, R\$ 100 é suficiente. Maria

Aurineide, 40, casada, mãe de dois filhos, fez um empréstimo de R\$ 300 em 1998. Pagou em dia. Seis meses depois, pegou R\$ 600 e passou a vender roupas em sua própria casa. Depois, emprestou R\$ 5 mil e montou um mercadinho. Os quatro últimos empréstimos (de R\$ 15 mil) foram para organizar seu depósito de construção. De vendedora de rua ela é hoje uma empresária da construção.

Os números mostram que o empreendedorismo suplantou a miséria. “O comércio local cresceu 30% e foram gerados 2 300 postos de trabalho”, acrescenta Melo, que também ajudou a criar a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. “Ser ativista é não aceitar a injustiça social, arregañar as mangas e seguir construindo a sociedade que sonhamos, bairro a bairro, município a município”, define ele, que destaca a importância das ideias e dos esforços coletivos. “É muito mais viável economicamente sermos solidários do que competitivos”, defende. O próximo desafio é implementar o Banco da Periferia, um complexo de 40 bancos comunitários espalhados pela periferia de Fortaleza, onde 1 milhão de pessoas vivem arduamente.

**Pioneiro da
Economia Solidária
Joaquim de Melo,
53 anos, é ativista
há 37 anos**



Desde a época do vestibular, Ana Valéria Araújo, natural de Brasília e radicada na capital paulista, sabia que usaria o Direito para fazer mudanças sociais. Recém-formada, mudou-se para Washington, nos Estados Unidos, onde abraçou a causa indígena em fóruns internacionais como a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Na época, o território dos Yanomami havia sido invadido pelo garimpo. De volta ao Brasil, atuou pela mesma bandeira e, nos últimos nove anos, coordena o Fundo Brasil de Direitos Humanos, em São Paulo.

Defensora dos Direitos Humanos, Ana Valéria Araújo, 51 anos, é ativista há 28 anos

Criada em 2005, a entidade combate a discriminação e a violência institucional, amplo espectro que engloba ações pelos direitos das mulheres, das crianças e dos adolescentes e contra a violência policial, o racismo, a discriminação religiosa e o trabalho escravo. O grupo ainda advoga a favor da liberdade de orientação sexual e do direito à terra. Tarefa heroica. Mas não impossível. “Apoiamos projetos de organizações que estão fazendo coisas interessantes nessas áreas, como a Comissão Pastoral da Terra, no Alto Xingu (PA), que combate o tráfico de pessoas por meio de debates e denúncias às autoridades, e o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, movimento que, entre outras questões, lança luzes sobre a militarização das favelas a partir

da instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e as violações de direitos de jovens negros”, afirma ela, que diz encontrar motivação de sobra para acordar todos os dias e salvaguardar causas tão urgentes.

O Fundo já injetou cerca de R\$ 8 milhões de reais captados junto a indivíduos, empresas e instituições do poder público, em 300 projetos transformadores encabeçados por organizações da sociedade civil. Uma vitória festejada, mas que não desvia a atenção do que ainda precisa ser sanado. “Temos de mudar a maneira como pensamos e tratamos as mulheres, os negros e a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Temas que são objeto dos maiores índices de violência registrados ultimamente”, desabafa. “Felizmente, há uma onda de engajamento na sociedade que há muito não se via. Todos que veem no dia a dia violações de direitos e desigualdades com as quais não concorda e quer fazer algo para além da indignação é um ativista em potencial.”

saúde

O americano Richard Parker, que vive parte do ano em Nova York, onde atua como professor titular de Saúde Pública e Antropologia da Universidade de Columbia, e outra parte no Rio de Janeiro, tem muitos motivos para combater o avanço da aids. Por ser homossexual e ter perdido muitas pessoas que amava para a doença, sentiu de perto a dor e o sofrimento e não conseguiu se omitir.

Parker preside a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), criada em 1987, desde o falecimento de seu fundador, o sociólogo Betinho, em 1997. Há quase três décadas, a entidade vem mobilizando e aglutinando governos, instituições, empresas, pesquisadores e voluntários. “Conseguimos criar um espaço de debate público onde tem sido possível buscar novos entendimentos e, pelo menos de vez em quando, construir parcerias e avanços”, sublinha. As ações resultantes desta sinergia enfocam campanhas de prevenção, de testagem voluntária antecedida e precedida por aconselhamento – crucial para evitar futuros contágios e, sobretudo, permitir que o soropositivo inicie o tratamento o mais cedo possível. Graças a uma parceria com o UNITAID, iniciativa de financiamento global de saúde administrada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a Abia terá recursos para combater a propriedade intelectual direcionada aos antirretrovirais – drogas que impedem a proliferação do vírus no organismo – de segunda e terceira linhas de HIV, necessários para quem desenvolveu resistência aos medicamentos de primeira linha (únicos com quebra de patente até agora).

Parker já enfrentou diferentes desafios. Nos anos 1980, a urgência era cuidar das pessoas infectadas pelo HIV. Depois, o alvo passou a ser o combate das desigualdades de gênero, raça e etnia, classe socioeconômica e idades, fatores ligados à expansão da infecção. Contudo, ainda há um mal maior fora de controle: a discriminação. “O estigma é a coisa mais cruel, a forma mais indecente de violência simbólica para se poder debelar a epidemia”, diagnostica. Daí, segundo Parker, os direitos humanos continuarem o ponto de partida para qualquer resposta digna frente à questão da aids.



Na linha de frente contra a aids, Richard Parker, 58 anos, é ativista há 30 anos

meio ambiente



Protetor dos índios e das matas, André Villas-Bôas, 58 anos, há 37 anos é ativista

Por dez anos, entre as décadas de 1970 e 1980, André Villas-Bôas, então funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai), viveu em povoados indígenas na Amazônia. Hoje é secretário-executivo do Instituto Socioambiental (ISA), fundado em 1994 por um grupo de ativistas, com sede em São Paulo.

André, que nasceu em Salvador e se criou em São Paulo, não aceita o fato de que comunidades detentoras de um inestimável patrimônio cultural e grandes protetoras das florestas não só sejam marginalizadas, como, ainda mais grave, sofram ameaças de serem aniquiladas ou desalojadas de suas terras de origem. Por isso, reúne apoiadores de todas as frentes – empresas, governos, instituições – a fim de interferir positivamente nas políticas públicas. Investe na pesquisa, difusão e documentação de informações indispensáveis ao sucesso da causa. “As populações urbanas estão desconectadas da realidade do interior do país, bem como das origens dos recursos que consome. É um grande desafio mobilizá-las”, reconhece. Seu empenho em proteger as terras dos índios na Amazônia e a própria cultura desse povo, serviu como um alerta para a ação devastadora do agronegócio, especialmente das plantações de soja, que nas últimas décadas avançaram na região.

Segundo o ativista, o item mais urgente na pauta ambiental é evitar que o país retroceda nas conquistas firmadas pela constituição de 1988. “Temos uma bancada no congresso extremamente conservadora em relação aos direitos socioambientais. Vários deles estão sendo ameaçados”, alerta. Como exemplo, ele cita o Código Florestal, legislação ambiental criada em 1965 com o objetivo de definir quais áreas devem ter a vegetação conservada e quais podem ser usadas para a agricultura. O problema é que as leis em vigor desde 2012 afrouxaram a responsabilidade dos proprietários em relação à preservação das florestas, ou seja, as áreas de preservação obrigatória foram reduzidas. Com isso, a natureza ficou ainda mais vulnerável aos interesses econômicos. O horizonte, a seu ver, é cinza. É aí que a luta requer ainda mais lucidez.

educação

Filho de uma educadora e neto de uma articuladora comunitária, o cientista social paulistano Daniel Cara aprendeu dentro de casa a importância de se envolver com questões de interesse coletivo. Da escola básica, passando pelo ensino médio técnico até a universidade, ele só conheceu o ensino público e, por isso, peja por uma sociedade onde todos possam ter acesso a uma formação educacional digna.

“Existe um desafio enorme de democratização do acesso à educação e entendemos que esse acesso precisa vir acompanhado pela qualidade da aprendizagem”, ressalta o ativista, que desde 2006 coordena a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. A entidade foi concebida em 1999 como uma plataforma de apoio irrestrito ao ensino público, gratuito e eficaz. Imagine a potência resultante de mais de 200 grupos unidos pelo mesmo ideal. O alinhamento da campanha é democrático. Comitês atuam em rede criando propostas e realizando estudos que possam orientar a for-

mulação e aprovação de leis e projetos relativos ao campo da educação. Munidos com argumentos embasados em muita pesquisa, Cara e seus parceiros, de um lado, esclarecem e, de outro, pressionam deputados, senadores e ministros, além de mobilizarem a sociedade e a imprensa. São horas e horas de reuniões em gabinetes e conversas pelos corredores de Brasília e também em escolas e secretarias de educação de Norte a Sul, além do barulho nas redes sociais.

Cheio de orgulho, ele cita conquistas significativas, tais como a aprovação em 2014 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabeleceu 20 metas a serem atingidas pelo país em dez anos, dentre elas, a erradicação do analfabetismo e o investimento de 10% do PIB nessa área. E a promulgação em 2007 do Fundo da Educação Básica (Fundeb) – que assegura 60 bilhões de reais para a educação básica pública, atendendo cerca de 50 milhões de crianças e jovens beneficiados com creches, merenda, infraestrutura escolar e professores melhor remunerados. Além da resolução aprovada em 2013 de investimento de 75% dos royalties do petróleo no setor.

Ainda bem que Cara é jovem e tenaz, pois muitos avanços ainda precisam se consolidar. “Se as leis mais recentes forem cumpridas, a educação vai melhorar rápido. Do contrário, estamos prontos para lutar”, avisa. E sorri. ○



Apoio irrestrito à educação pública: Daniel Cara, 37 anos, há 21 anos ativista